

## BOLETIM 629

Brasília, 16 de agosto de 2018



### ENCONTRO NACIONAL DO FST

## Dialogar para retomar o trabalho e o emprego

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), integrado por 22 confederações nacionais laborais, urbanas e rurais, do setor público e privado, e de aposentados, reunido nesta terça (14), em Brasília, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), confirmou a realização dia 30 de agosto, em Brasília, do **ENCONTRO NACIONAL DO FST – DIALOGAR PARA RETOMAR O TRABALHO E O EMPREGO**.

O evento, que acontecerá na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Cultura (CNTEEC), terá o objetivo de aprovar e, na sequência, apresentar um documento aos pré-candidatos à Presidência da



**FST**  
FÓRUM SINDICAL DOS TRABALHADORES

EM DEFESA DA UNIDADE SINDICAL, DO SISTEMA CONFEDERATIVO, DO EMPREGO E DOS DIREITOS TRABALHISTAS

# DIALOGAR PARA RETOMAR O TRABALHO E O EMPREGO

LOCAL: CNTEEC - Setor de Autarquias Sul  
Quadra 4 - Bloco B - Lote 7A - Brasília/DF

HORÁRIO: 14 H

**Encontro Nacional do FST**

**Brasília(DF), 30 de agosto de 2018**

República, bem como aos demais postulantes aos cargos eletivos que serão disputados no pleito de 2018, contendo as reivindicações mais relevantes dos trabalhadores e do movimento sindical, como a retomada do crescimento e do emprego, a revogação do desmonte trabalhista e a defesa das organizações sindicais laborais, hoje ameaçadas pelas mudanças introduzidas na CLT pela chamada “reforma trabalhista”.

A reunião foi coordenada pela vice-presidente da CNTM, Mônica Veloso, que solicitou o empenho de todos na mobilização para o

evento. A coordenadora do FST também encomendou às assessorias do Fórum que iniciem a elaboração documento com base, também, nas sugestões a serem enviadas pelas confederações filiadas.

**CONTRICOM** - A CONTRICOM foi representada na reunião pelo seu presidente, Altamiro Perdoná, que, da mesma forma que os demais dirigentes sindicais, colocou-se à disposição para mobilizar lideranças da construção e do mobiliário.

“Precisamos recompor nossos trabalhos de forma organizada podemos retomar o protagonismo do processo com ações políticas e jurídicas unitárias a serem implementadas”, afirmou Mônica Veloso.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## Atividade econômica recua 0,99% no segundo trimestre

A economia caiu no segundo trimestre deste ano. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) dessazonalizado (ajustado para o período) apresentou queda de 0,99% no segundo trimestre, comparado com o período de janeiro a março deste ano.

A contração ocorreu no período da greve dos caminhoneiros, iniciada no fim de maio e encerrada no início de junho.

A greve impactou a economia, gerando uma crise de desabastecimento no país. Em junho, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, afirmou que impacto da paralisação na economia seria de R\$ 15 bilhões, equivalentes a 0,2% do Produto



Interno Bruto (PIB, a soma das riquezas produzidas no país).

No primeiro trimestre, de acordo com dados atualizados pelo BC, houve crescimento de 0,2%, na comparação com o período de outubro a dezembro de 2017.

De janeiro a junho deste ano, houve crescimento de 0,89% (sem ajustes), na comparação com o primeiro semestre de 2017. Em 12 meses, a expansão chegou a 1,3%.

Em junho, o IBC-Br registrou crescimento de 3,29% na comparação com maio (dado dessazonalizado). Na comparação com o mesmo mês de 2017, o crescimento ficou em 1,82%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic.

O índice incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: indústria, comércio e serviços e agropecuária, além do volume de impostos.

No entanto, o indicador oficial sobre o desempenho da economia é o Produto Interno Bruto (PIB), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

*Fonte: Agência Brasil*





## Plano trabalhista de Bolsonaro radicaliza proposta neoliberal

Composto de 8.453 palavras - fora gráficos e mapas - o Plano de Governo de Jair Bolsonaro (PSL) reserva só 113 ao trabalho, no pequeno capítulo “Modernização e Legislação Trabalhista”, inserido no Plano de Economia. Seu caráter é radicalmente neoliberal.

São elas: “Criaremos uma nova Carteira de Trabalho verde e amarela, voluntária, para novos trabalhadores. Assim, todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na Carteira de Trabalho tradicional (azul) - mantendo o ordenamento jurídico atual -, ou uma Carteira de Trabalho verde e amarela (onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais).

Além disso, propomos a permissão legal para a escolha entre Sindicatos, viabilizando uma saudável competição, que, em última instância, beneficia o trabalhador.

O Sindicato precisa convencer o trabalhador a voluntariamente se filiar, através de bons serviços prestados à categoria. Somos contra o retorno do Imposto Sindical”.

**Reações** - O sindicalismo reage. O presidente da Força Sindical e da CNTM (Confederação Nacional), o metalúrgico Miguel Torres critica duramente o plano. Diz sua Nota: O candidato propõe uma Carteira de Trabalho “verde e amarela”, criando uma espécie de segunda classe trabalhadora, jogando o trabalhador para antes da CLT, sem proteção da Justiça e dos Sindicatos, obrigando a negociar

individualmente em total desvantagem perante os patrões, principalmente os maus patrões.

Esta “segunda” classe trabalhadora ficaria sem ver a cor da tradicional Carteira de Trabalho, sem a garantia dos direitos e sem força pra negociar, conquistar e melhorar de vida. É fundamental que toda a sociedade se posicione contra essa barbárie”.

*Fonte: Agência Sindical*

## Meirelles é o segundo multimilionário na eleição

O ex-ministro Henrique Meirelles (MDB), que registrou sua candidatura à Presidência da República nesta quarta-feira (15), declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que possui um patrimônio de R\$ 377 milhões. Ele é o segundo candidato mais rico na disputa pelo Planalto, atrás apenas de João Amoêdo (Novo), que declarou um patrimônio de 425 milhões.

Meirelles, que foi ministro da Fazenda do governo Michel Temer, declarou que possui R\$ 6,9 milhões em conta correte no exterior. Em sua relação contam ainda um apartamento avaliado em R\$ 21,9 milhões e uma sala comercial avaliada em R\$ 1 milhão.

*Fonte: Brasil247*



## Trabalho intermitente cresce no mercado formal

Os contratos de emprego intermitentes, em que não há horário fixo ou garantia de um tempo mínimo de trabalho, já chegaram a um quarto das ocupações do mercado formal, segundo dados do Ministério do Trabalho.

Criado em 2017 com a aprovação da reforma trabalhista, o contrato intermitente prevê a ausência de jornadas fixas regulares, assim o profissional é chamado de acordo com a necessidade do empregador, seja ela de uma hora ou 30 por semana.

Além de deixar o trabalhador sem garantias de que receberá uma quantia digna ao final do mês – afinal, cada salário varia com a quantidade de horas trabalhadas – os dados do Ministério apontam para outro problema: diversos profissionais com ensino superior incompleto ou completo ocuparam vagas de trabalho intermitente e menos qualificadas.

Os dados do Ministério do Trabalho mostram que aumentaram os casos de trabalhadores com ensino superior completo contratados como em vagas de recepcionista, garçom, auxiliar de escritório ou operador de caixa.

É possível haver vagas para profissionais qualificados que “funcionem” no regime

intermitente; as que mais geraram postos parciais são professores, fisioterapeutas e preparadores físicos.

Os dados mostram que essa modalidade de trabalho não tem condição de gerar empregos dignos, além de ajudar na precarização das contratações.

O diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, explica que essa modalidade já existia, à medida que alguns setores, em especial o varejo, têm picos de trabalho e às vezes precisam contratar trabalhadores extras por um período determinado, mas que serve apenas a uma parcela pequena da população.

*Fonte: Portal HP*

## Trabalhadores resgatados de trabalho escravo em Goiás

O Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Polícia Rodoviária Federal resgataram 11 trabalhadores de situação análoga à escravidão, durante operação realizada entre os dias 30 de julho e 10 de agosto, no interior de Goiás. O resgate aconteceu em duas fazendas nos municípios de Montividiu e Serranópolis.

Em Montividiu, dez pessoas trabalhavam em uma colheita de milho em jornadas que variavam de 12 a 15 horas diárias, sem direito a folga semanal. Já em uma fazenda nos arredores de Serranópolis, um homem trabalhava como carvoeiro sem registro e quaisquer equipamentos de proteção individual necessários, exposto diariamente a riscos de acidentes com máquinas e à fumaça e calor excessivos. Ele ainda estava alojado em um barraco de madeira sem portas, instalações sanitárias, cozinha adequada, iluminação ou local apropriado para repouso.

*Fonte: Portal HP*



# APOIO AO IDOSO

## Comissão do Senado aprova gratuidade para idoso no transporte coletivo

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (14) proposta que concede gratuidade no transporte coletivo público rodoviário, hidroviário, ferroviário e aéreo a pessoas com mais de 65 anos.

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), que é alterado pelo substitutivo, prevê a gratuidade a maiores de 65 anos apenas nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos.

O texto aprovado é um substitutivo do deputado Heitor Schuch (PSB-RS) ao Projeto de Lei 1967/99 e outros 89 projetos apensados. Schuch argumenta no parecer que há necessidade de se estabelecer a gratuidade para todos os tipos de transporte oferecidos aos idosos, dentro dos limites que não venham a colocar em risco o funcionamento das empresas concessionárias.

O substitutivo cria uma regra de transição para pessoas entre 60 anos e 65 anos. Nesse caso, as condições para a gratuidade serão definidas pela legislação local.

**Transporte interestadual** - O texto ainda altera o Estatuto do Idoso para estabelecer que a reserva de duas vagas gratuitas por veículo no transporte coletivo interestadual valerá para a maiores de 65 anos com renda de até 3 salários

mínimos e não mais de 2 salários mínimos, como prevê a lei atualmente.

O texto aprovado segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, segue para o Plenário.

### Isenção de taxas de passaporte

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa aprovou também aprovou proposta que isenta pessoas com mais de 60 anos do pagamento da taxa de emissão de passaporte e demais documentos de viagem.

Atualmente, a taxa para emissão do documento – com validade de 10 anos - é de R\$ 257,25.

O texto aprovado é um substitutivo do deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP) aos projetos de lei 4307/04, do Senado, e 9040/17, do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS). O texto do Senado garantia a isenção a partir dos 65 anos.

De acordo com Nascimento, o texto de Pompeo de Mattos está em “maior consonância” com o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03).

*Fonte: Agência Câmara*

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLD PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**